



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

GABRIELA DA PAZ ARAÚJO

O LIVRO DIDÁTICO SOB A ÓTICA DA LEI 10.639/03

ARARUNA – PB

2014

GABRIELA DA PAZ ARAÚJO

O LIVRO DIDÁTICO SOB A ÓTICA DA LEI 10.639/03

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof.^a Dr. Rosilda Alves Bezerra

ARARUNA – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A659I Araújo, Gabriela da Paz.
O livro didático sob a ótica da lei 10.639/03 [manuscrito] /
Gabriela da Paz Araújo. - 2014.
35 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual
da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Rosilda Alves Bezerra,
Departamento de Letras".

1. Livro didático. 2. Ensino de Literatura. 3. Língua
portuguesa. I. Título.

21. ed. CDD 400

GABRIELA DA PAZ ARAÚJO

O LIVRO DIDÁTICO SOB A ÓTICA DA LEI 10.639/03

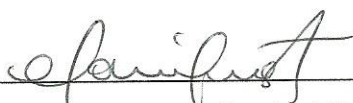
Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação. Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 06 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a Rosilda Alves Bezerra (Orientadora/UEPB)



Prof^a. Dr^a Maria Suely da Costa (1^a Examinadora/UEPB)



Prof^a. Dr^a Alessandra Gomes Brandão (2^a Examinadora/UEPB)

Araruna/ PB

2014

Dedico a Deus e a minha família, responsáveis pela pessoa que sou e motivadores das minhas realizações.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me possibilitar força e determinação para a realização de mais uma conquista acadêmica. A minha família pelo encorajamento e a preocupação. A realização dessa especialização foi possível por meio da parceria estabelecida entre a UEPB e o Governo da Paraíba, agradeço a instituição, e, ao Governador Ricardo Coutinho pelo incentivo a capacitação dos professores, além de ajudar financeiramente durante o curso. Dedico a Isabella, secretária do Polo de Araruna, por sua responsabilidade e esforços, sempre com intuito de nos ajudar, a Alessandra Brandão, coordenadora do Polo, sempre presente e exemplo de superação, que nos mostrou que os problemas aparecem, mas nós podemos superá-los, assim como ela fez, agradeço também por fazer parte de minha banca, assim também, como a Professora Suely Costa, por está presente mais uma vez em minha banca. A meu amigo Zé Carlos pelo apoio. Por fim, agradeço imensamente, a minha querida Orientadora, Professora Rosilda Alves, que me ajuda a trilhar no espaço acadêmico.

RESUMO

Com a obrigatoriedade da Lei 10.639/03, ainda é visível à resistência de alguns professores em trabalhar conteúdos que abordem temas relacionados com a história, a literatura africana e afro-brasileira, no entanto, alguns possuem insegurança quanto à temática, por falta de uma formação adequada, que lhe possibilite a segurança necessária para expor o tema, além de apontarem a falta de materiais didáticos necessários para a utilização em sala junto com os educandos. O propósito desse trabalho é proporcionar discussões sobre a implementação da Lei 10.639/03 nas aulas de literatura e nos livros de Língua Portuguesa, tendo em vista questionamentos acerca das aulas voltadas apenas a ênfase nos períodos literários e nas fragmentações de textos literários.

Palavras-Chave: Livro didático. Literatura. Ensino.

ABSTRACT

With the requirement of the Law, is still visible the resistance of some teachers in work contents that talk about themes related with the history and African literature, however, some have uncertainty about the subject, for lack of proper training, that allows certainty necessary to expose the theme, in addition to highlighting the lack of teaching materials needed to use in the classroom with the students. We aim in this paper to list discussions on the implementation of Law 10.639 / 03 in literature classes and books of Portuguese language, considering issues concerning the classes only related the emphasis in literary periods and the fragmentation of literary texts.

Keywords: Textbook. Literature. Teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O ENSINO DE LITERATURA E A LEITURA LITERÁRIA.....	11
1.1 Uma visão das aulas de Literatura no Ensino Médio	11
1.2 A literatura como um caráter humanizador	14
1.3 A implementação da Lei: 10.639/03 no ensino básico	16
2 A LITERATURA AFRICANA APRESENTADA NOS LIVROS DIDÁTICOS ...	22
2.1 Um breve histórico sobre o Livro Didático	22
2.2 Análise do Livro Didático	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	35

INTRODUÇÃO

Muitos desafios permeiam o ensino de literatura. É fato, que nos cursos de formação de professores uma das temáticas abordadas é a necessidade de ensinar o aluno a ler, e a trabalhar a língua a partir de textos lidos. Por meio desse viés nos perguntamos: Qual o conceito que entendemos por ensinar a ler e que relação tem isso com a literatura?

Mesmo com as mudanças existentes na sociedade, o ensino de literatura ainda se encontra desarticulado do cotidiano do aluno. Temos um ensino que infelizmente ainda privilegia com grande ênfase a história da literatura, ao invés dos textos literários, todavia, sabemos que as escolas carecem de livros paradidáticos, e, a fonte de textos literários que uma grande parte dos estudantes da rede pública terá acesso, são as leituras do Livro Didático.

O Livro Didático é fonte de muitas discussões, principalmente acerca de sua funcionalidade, que por ser prático, encontra-se presente diariamente nas salas de aulas brasileiras. A praticidade questionada desta ferramenta pedagógica tem em vista levantar questionamentos referentes à necessidade em melhorar os conteúdos abordados nos livros, pois os conteúdos que alguns livros apresentam, ainda não abordam as temáticas necessárias para uma aprendizagem efetiva, como a temática regulamentada através da Lei 10.639/03.

O presente trabalho se desenvolve em dois capítulos. No primeiro capítulo é destacado de que forma está estruturado o ensino de literatura no ensino médio das escolas públicas brasileiras, por meio de uma visão geral das aulas e das dificuldades enfrentadas pelos professores para a obtenção de bons resultados de aprendizagem como a exigida pela lei 10.639/03.

O segundo capítulo é constituído por meio do percurso histórico dos programas do Ministério da Educação, tendo em vista, a implementação e distribuição do Livro Didático, além da análise do Livro Didático da terceira série do Ensino Médio: Novas palavras da Editora FTD.

1 O ENSINO DE LITERATURA E A LEITURA LITERÁRIA

1.1 UMA VISÃO DAS AULAS DE LITERATURA NO ENSINO MÉDIO

O ensino de língua e literatura no Brasil ganham sempre destaque nas discussões acadêmicas, tendo em vista, a busca por ideias que permeiam conseguir resultados significativos referentes à sua qualidade. Nos cursos de formação de professores de Língua Portuguesa muito se discute sobre a melhor metodologia de ensino. A teoria e a prática diferem da realidade da sala de aula, lugar onde apenas um professor é responsável por ministrar aulas de gramática, literatura e produção textual. Na academia, os linguistas e os professores de literatura se mantêm separados em termos de pesquisa. No entanto, no ensino básico público o professor de Língua portuguesa busca adequar o tempo de aula para ministrar as três especificidades da disciplina, com intuito de possibilitar a construção do aluno como sujeito social, assim como afirma Moysés:

Porém, quando falamos em saber ensinar, estamos pensando em algo que é mais do que uma simples habilidade expressa pela competência do professor diante do processo de ensino / aprendizagem. É muito mais. Tarefa complexa, requer preparo e compromisso; envolvimento e responsabilidade. É algo que se define pelo engajamento do educador com a causa democrática e se expressa pelo seu desejo de instrumentalizar política e tecnicamente o seu aluno, ajudando-o a construir-se como sujeito social (MOYSÉS, 1994, p.13-14).

É fato, que gramática e literatura devem ser ensinadas juntas, no sentido, que o aluno possa aprender a partir do uso de textos, com aulas contextualizadas, como forma de aprendizagem da língua. Para que tal processo aconteça é necessário que o ensino de literatura não seja apenas, a aprendizagem de períodos históricos e mudanças sociais ocorridas no Brasil, deve ir além, trazendo a leitura das obras como primordiais para se entender de fato, o que é literatura.

O período no qual a sociedade atual está inserida se transforma de forma muito acelerada, tais mudanças são decorrentes dos mais diversos fatores. Nesse

sentido, é necessário que o ensino esteja inserido nesse novo cenário, e por meio dele alcance a aprendizagem. O ensino de literatura não pode ser considerado como de menor valor, pois é a partir da leitura que o aluno poderá compreender a sociedade na qual está inserido.

As competências linguísticas dos alunos devem ser valorizadas e trabalhadas nas aulas de Língua Portuguesa, de maneira que possibilite a formação de um leitor crítico e autônomo, capaz de desenvolver uma leitura crítica do mundo, e, não a leitura como consumo rápido de textos, que não permite a interpretação e nem a troca de conhecimentos entre os educandos.

Dessa forma, compreendendo a educação na perspectiva multicultural, Candau (2002, p. 09) observa:

A instituição escolar está construída sobre a afirmação da igualdade, enfatizando a base cultural comum a que todos os cidadãos e cidadãs deveriam ter acesso e colaborar na sua permanente construção. Articular igualdade e diferença, a base cultural comum e expressões da pluralidade social e cultural, constitui hoje um grande desafio para todos os educadores.

Nesse sentido, a prática da educação multicultural precisa ser uma experiência constante na sala de aula. Os educandos necessitam desenvolver a noção de que a leitura diversificada é uma ação cultural, que possibilita ao leitor participar dos processos de significação presentes no texto, além da quebra da idéia de que o texto literário deve ser lido com objetivo de responder fichas de interpretação que transformam a leitura, em algo mecânico, responsável por na maioria das vezes desmotivar o educando com relação à leitura e a interpretação do texto literário. Neste caso, condicionar a resolução das perguntas elaboradas pelo educador, como: o título da obra, nome do autor, publicação, identificação das personagens principais, início, o clímax e o desfecho da obra, não corresponde a compreensão da obra, pois tais questões podem ser respondidas a partir da leitura de resumos e análise da obra que são encontrados de maneira muito fácil na internet. Tal prática de leitura literária não possibilita ao educando liberdade para uma análise a partir de suas impressões, pois o educador já ditou o que queria.

Nos rastros do pensamento complexo, todas as discussões que vêm sendo feitas em torno da 'crise do ensino' têm como base uma das premissas da psicologia cognitiva: sem estar integrado num contexto, nenhum saber tem valia, por mais sofisticado que seja, isto é, não provoca no sujeito o dinamismo interno que o levaria a interagir com outros saberes e ampliar o conhecimento inicial ou transformá-lo (COELHO, 2000, p. 25).

A ideia de Coelho questiona a crise do ensino quando dispensa os conhecimentos prévios dos educandos. Nesse contexto, o estabelecer roteiros que condicionam a leitura dos educandos permite o olhar do educando para outras características abordadas na obra, tendo em vista que se deve responder o que foi solicitado pelo educador em sala, já que “a leitura é um objeto largamente transdisciplinar” (REUTER, 1986, p.76). O texto literário por ser plural deve levar o aluno a relacionar literatura e diferentes áreas do conhecimento, promovendo a partir do ato de ler uma reflexão acerca dos fenômenos socioculturais.

A escola como responsável em formar cidadãos críticos precisa colaborar quanto à melhoria do ensino, pois a representação quantitativa não é reflexo de aprendizagem, para se obter um nível satisfatório qualitativo é preciso o reconhecimento que a prática da leitura é imprescindível para o desenvolvimento da aprendizagem, conseqüentemente ao ser constante, possibilita o melhoramento vocabular do aluno, que reflete não só na produção textual, mas também na aprendizagem da gramática.

A imposição de leituras literárias pelos educadores e a forma como os livros didáticos trazem as fragmentações dos textos literários com questões interpretativas, que confundem ainda mais os estudantes, impossibilita uma aprendizagem efetiva, pois os mesmos os caracterizam como difíceis, monótonos, não tendo vontade de ler e nem compreender, configurando a aula de literatura como algo chato e desinteressante. Tal caracterização representa um problema para o educador que busca descomplicar a idéia instituída sobre a literatura e para os alunos, que subestimam sua capacidade considerando-se inferior, ao ponto de imaginar que não conseguirão interpretar as questões do ENEM.

1.2 A LITERATURA COMO UM CARÁTER HUMANIZADOR

Nos cursos de formação de professores de Língua portuguesa existe uma preocupação em integrar as subdivisões da disciplina, tendo em vista que a fragmentação da mesma ocasiona ênfase em alguma das subdivisões, enquanto as outras são desprivilegiadas. As orientações dos documentos oficiais, tais como, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio trazem como proposta de integração da literatura à área de leitura:

Os conteúdos tradicionais de ensino de língua, ou seja, nomenclatura gramatical e história da literatura, são deslocados para um segundo plano. O estudo da gramática passa a ser uma estratégia para compreensão/interpretação/produção de textos e a literatura integra-se à área de leitura (BRASIL, 2000, p. 18).

Após a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – PCNEM – de 2000, o Ministério da Educação publicou dois outros documentos que servem de direcionamento para o ensino de língua e literatura no país: as Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (2002) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio – OCEM (2006), que buscam enfatizar o caráter humanizador da literatura e a necessidade de se praticar o letramento literário. Nesse sentido, parte-se para a ideia da necessidade de superar o problema da fragmentação dos saberes em função da reintegração humana.

Para a educação do futuro é necessário promover grande remembramento das ciências naturais a fim de situar a condição humana no mundo, (...) bem como integrar a contribuição inestimável das humanidades, não somente a filosofia, a história, mas também a literatura, a poesia, as artes (MORIN, 2000, p.46).

Os estudos de Morin refletem no sentido de que se as disciplinas se fecharem em si mesmas perdendo o processo de circularidade necessário para a aprendizagem. Nessa perspectiva, a literatura apresenta a abertura como uma

particularidade, pois promove outras formas de experiências humanas a partir da interação com outras formas de conhecimentos e de artes.

A literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos reorganiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. (CANDIDO, 2004, p. 186).

Infelizmente, muito se difere da realidade o conceito elaborado por Candido. O ensino de literatura deve ser valorizado, tendo em vista formar leitores que tenham como principal característica a humanidade, não sendo desvinculada a realidade das expectativas dos alunos e do que é necessário em sua aprendizagem. Se as aulas de literatura não expressarem a humanização, os educandos não farão a leitura de textos literários com frequência, mas apenas quando forem cobrados, seja pela escola, ou em algum processo seletivo.

Ler não é mais produzir significado, entrar no texto para reescrevê-lo e por meio dele captar as sondas que o autor lançou sobre dores e alegrias humanas. Literatura, na escola, é questão de enredo e personagem, título e características. É vista como se os autores tivessem uma fórmula mágica, a qual se submeteriam para produzir o texto. Linguagem, visão de mundo, diálogo como tradição e com as outras produções não são levados em conta. (VENTURELLI, 2002, p.151).

Venturelli (2002) discorre sobre um dos maiores problemas do ensino de literatura: a sistematização enfadonha da leitura do texto literário, que não desperta interesse no aluno. Esta prática muitas vezes corriqueira constrói um aluno que não gosta e nem tem vontade de ler, como afirma Cosson (2012, p.26) “nossa leitura fora da escola está fortemente condicionada pela maneira como ela nos ensinou a ler”. Mesmo a escola não sendo o único lugar para a formação literária, fora dela torna-se mais difícil a prática da mesma, tendo em vista o desinteresse e a desmotivação que já se fazia presente durante as aulas.

1.3 A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI: 10.639/03 NO ENSINO BÁSICO

A Lei nº 10.639/03 é resultado de um longo processo de reivindicações do movimento negro brasileiro. Foi sancionada em dezembro de 2003, alterando a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394 de 1996, nos incisos 26, 26A e 79, tornando obrigatório o ensino de história e cultura africana no sistema de educação básica, especialmente nas disciplinas de história, português e artes. A lei objetiva inserir novos conteúdos no currículo escolar, tendo em vista fazer uma reformulação no mesmo, que vem mantendo em silêncio as raízes africanas da população brasileira. Com a proposta de promover a aquisição de um conhecimento plural, que seja capaz de respeitar a diversidade étnica racial brasileira.

O passo inicial para o reconhecimento e a valorização do povo negro nas escolas brasileiras se deve à inserção dos artigos 26A e 79B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, LDB, como veremos a seguir:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (BRASIL, 2003).

O ambiente escolar deve ser enxergado com um espaço de representação e aprendizagem multicultural, que vise principalmente, desenvolver e construir relações sociais positivas para a formação de uma sociedade mais

justa e igualitária com base no cumprimento dos direitos e na atuação como cidadão. Por isso, é sempre um desafio lecionar as literaturas de outros países, mesmo sendo elas de Língua Portuguesa.

Segundo Wedderburn (2005, p. 160),

O (A) professor (a) incumbido (a) da missão do ensino da matéria africana se verá obrigado (a) durante longo tempo a demolir os estereótipos e preconceitos que povoam as abordagens sobre essa matéria. Também terá de defrontar com os novos desdobramentos da visão hegemônica mundial que se manifesta por meio das “novas” ideias que legitimam e sustentem os velhos preconceitos.

Nesse contexto, é necessário discutir e esclarecer aos gestores das instituições de ensino, e, a todos os educadores a importância do cumprimento desta lei nos estudos em sala de aula, para o reconhecimento identitário da sociedade, na perspectiva de construir uma nova visão crítica em relação à diversidade cultural, social, política, étnico-racial, econômica e religiosa mais positiva. A sociedade transforma-se cotidianamente, é pensando nestas constantes mudanças que as aulas de literatura devem abarcar conhecimentos que permeiem a identificação cultural do indivíduo. Segundo Hall, estas mudanças são chamadas de “crise da identidade”. A questão humanizadora da literatura deve possibilitar subsídios para que o educando consiga interagir entre os textos literários e a sociedade, compreendendo os processos de transformação social e cultural.

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise da identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2011, p.07).

A literatura africana representa um papel importante para a identificação cultural/social do povo brasileiro, a partir da reconstrução do negro, com objetivo de reparar uma forma digna de sua cultura que foi negada e, por muitas vezes, discriminada pelo meio social.

Nesse contexto, o antropólogo Kabengele Munanga argumenta que é necessário o preparo dos docentes para tratar de assuntos delicados, como a diversidade social e cultural. Nesse caso, a dedicação ao ensino não tem que ser um sacrifício por parte do professor, mas algo que possa construir uma identidade de socialização para um bem comum. Assim, Munanga argumenta:

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã (MUNANGA, 2005, p. 15).

Os autores de literaturas africanas constroem suas ficções por meio da reescrita da história de seu país, (re) configurando espaços. O discurso literário serve como aliada da representação ideológica que acontece dentro e fora da linguagem literária. Questões ligadas à libertação colonial são sempre expostas, com intuito de projeção de uma nova nação.

A identidade não nasce como característica genética, e nem pode ser rotulada por raça ou nacionalidade. O filósofo africano Appiah (1997, p. 248) nos define que “as identidades são complexas e múltiplas, e brotam de uma história de respostas mutáveis às forças econômicas”. As pessoas não são seres passivos de uma nação ou grupo específico, uma vez que participam da ideia de nação e da ideia de raça, mas são elas, as representantes de suas próprias culturas. Tal argumentação torna-se efetiva, a partir do entendimento que o ser humano é um produtor efetivo de cultura e totalmente responsável pela configuração da história de sua época.

O poeta é um dos primeiros africanos a exprimir a idéia de “comunidade” entre as tradições orais e a literatura africana, não só praticando na sua escrita poética aos recursos reclamados, mas também doutrinando sobre o assunto em vários textos ensaísticos (LEITE, 2012, p. 17).

As diferenças culturais devem ser repensadas pelo viés dos atuais processos de transformação de espaços, de territórios e identidades. Nesse sentido a impureza é tomada como significante de entrecruzamentos como afirma Fonseca (2008), “espaços vivenciais de hibridação cultural”. Essa “impureza”, caracteriza-se por ser o entrecruzamento das mais diversas culturas, que possibilitam a mudança cultural do indivíduo.

O entrecruzamento cultural em muitos países ocorreu por meio da imposição, como no Brasil e em Angola, que foram por certo tempo, “colonizados” por Portugal, estes também adquiriram características de seus colonizados, assim como expõem Leite (2012, p. 136), “A ambivalência da identidade do colonizador mostra que este não se limita a conter em si a identidade do outro, colonizado por ele, mas também a do colonizador, enquanto por outrem”.

O mundo globalizado é formado por inúmeras fronteiras, que se diferem tanto através dos limites territoriais, como por meio da cultura e da religião, tomando essa característica que marca a sociedade, como essencial, torna-se questionável a preservação da identidade cultural como elemento imutável. Logo que, são visíveis as constantes mudanças culturais da sociedade, ocorridas, justamente pela incorporação de novos elementos, que possibilitam o desenvolvimento de um processo de nova estruturação, assim como cita Santos:

[...] não são rígidas nem, muito menos imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso (SANTOS, 2001, p.135).

Nesse contexto, a literatura torna-se um meio para a representação de ideologias, caracterizando-se como de resistência e de combate ao colonialismo e suas respectivas decisões. O objetivo da produção literária caracterizou-se na construção dos heróis nacionais que se situavam anteriormente a colonização, buscando também introduzir os novos heróis que faziam parte da construção da nação em meio às imposições do colonialismo.

O processo de colonização ocorrido em África apresenta fatores relacionados ao modo de conquista e imposição, como também a forma como os nativos reagiram à presença dos portugueses. Em Angola, a Língua Portuguesa foi apropriada individualmente, assim houve uma combinação entre o português-padrão e a oralidade do povo angolano, resultando, portanto um português angolanizado.

Torna-se essencial observar o quanto a literatura africana é importante para a compreensão do processo histórico que envolveu e continua envolvendo os países de cultura lusófona. A partir do texto da Lei 10.639/03 e suas diretrizes podemos inferir novas abordagens que vão além do costumeiro encontrado nos livros, buscando privilegiar toda a dimensão histórica da cultura do negro e não apenas temáticas como o regime escravocrata. Nessa perspectiva, o intuito da Lei é recuperar a autoestima dos integrantes da comunidade afrodescendente brasileira, provocando-lhes um sentimento de pertencimento ao um povo e, não apenas da lembrança de um passado digno de pena, mas sim de orgulho em um processo afirmativo. Para isso, o MEC direciona material didático para várias escolas no Brasil, e determina a responsabilidade de cada docente em relação ao cumprimento da Lei (BRASIL, 2004, p. 27):

Cumprir a Lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula. Exige-se, assim, um comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro, tendo-se como ponto de partida o presente parecer, que junto com outras diretrizes e pareceres e resoluções, têm o papel articulador e coordenador da organização da educação nacional.

O MEC orienta aos educadores que o cumprimento da Lei 10.639/03 depende da responsabilidade e do compromisso de cada docente. Não é mais

desculpas utilizar a falta de material apropriado para não realizar estudos em sala de aula, pois o governo federal distribui desde 2003 materiais didáticos e paradidáticos que abrangem a Lei, de modo que, ainda não foi possível abranger todos os níveis escolares, porém, cabe a escola averiguar e administrar de que forma esse material está sendo utilizado.

Nessa linha de pensamento, Rosilda Bezerra (2014, p. 240) expõe a seguinte reflexão em relação aos profissionais que devem se dedicar aos estudos afro-brasileiros e africanos:

Outro aspecto relevante é discutir o papel da universidade na formação dos professores, uma vez que os conteúdos referentes à cultura afro-brasileira serão ministrados no âmbito do currículo escolar pelos profissionais das áreas de educação artística, literatura e história. Dessa forma cabem aos professores discutirem o processo histórico que levou à configuração sociocultural em que se insere a cultura afro-brasileira. A escola é, por excelência, esse espaço que forma cidadãos, logo, tem o dever de possibilitar os elementos indispensáveis à formação de uma cidadania, na qual o caráter étnico racial não seja relegado à segunda instância, como fora anteriormente.

A partir dessas notificações, observamos o valor de ensino-aprendizagem que pode levar os profissionais da educação na inserção dos conteúdos afro-brasileiros e africanos em sala de aula. Sabemos das possibilidades que o ensino oferece, no entanto, torna-se necessário o empenho dos docentes e discentes na inclusão dos conteúdos para uma ação afirmativa. A resistência de alguns docentes, ainda impedem uma abordagem sistemática no que diz respeito à cultura ou a religião de matriz africana. Como não faz parte do trabalho abordar o aspecto religioso, no próximo capítulo destacaremos de que forma os aspectos culturais e sociais, principalmente a literatura africana estão inseridos no livro didático escolhido para estes exemplos.

2 A LITERATURA AFRICANA APRESENTADA NOS LIVROS DIDÁTICOS

2.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O LIVRO DIDÁTICO

Um dos suportes teóricos mais utilizados na prática pedagógica é o livro didático. No entanto, essa posição de destaque nem sempre foi observada positivamente, por ser considerado por muito tempo como uma produção inferior, sendo pouco considerado, ou simplesmente ignorado por diversos educadores, que criticam o seu caráter contraditório referente as suas diversas funções.

A múltipla funcionalidade do Livro didático perpassa através do objetivo simples de comunicar/produção sistemática de um determinado saber até como complexidade como referencial ideológico. Caracteriza-se como suporte teórico e metodológico, produto cultural e até como produto dentro do mercado editorial, passando a ser uma das ferramentas da tradição educacional brasileira, além de ser responsável por diversos debates acerca da sua verdadeira necessidade e aplicabilidade.

Com objetivo de completar uma demanda proveniente da Constituição Federal de 1988 é que iniciou a distribuição de livros, tendo em vista uma estratégia em apoio à política educacional, no qual nos fala a constituição, —O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) VII – atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (art. 208). A partir da criação dessa lei, o Ministério da Educação organizou um programa de distribuição de livros, no entanto, a relação entre Estado e livro didático teve seu início em 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), órgão específico com a função de legislar sobre políticas do livro didático, legitimando o livro didático produzido no Brasil, além de auxiliar no crescimento de sua produção. A partir do Decreto de Lei nº 1006, em 1938, se instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático. Essa comissão foi responsável por estabelecer normas para a produção importação e utilização dos livros didáticos.

O Decreto de Lei nº 8.460 foi criado no ano de 1945, com objetivo de reforçar a legislação e restringiu ao professor a tarefa de escolher o livro didático a ser utilizado. O Decreto de Lei nº 77.107, instituído em 1976 foi responsável por firmar a responsabilidade do governo em comprar uma parte significativa dos livros e realizar a distribuição de uma parte das escolas públicas brasileiras. O Decreto de Lei nº 91.542 de 1985 cria o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), responsável por efetivar mudanças. Entre elas destaca-se a indicação do livro didático por meio da escolha feita pelos educadores, a reutilização dos mesmos e a extinção de parceria financeira com os estados transferindo o controle do processo para a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE).

Os recursos para a compra dos livros didáticos, destinados aos educandos das escolas públicas brasileiras, foram determinados por meio da Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) de nº 6 de 1993, que estabelece a regulamentação de verbas para a compra e distribuição dos livros. O MEC vem atuando de forma sistemática na avaliação dos livros didáticos, no intuito de levar para o Guia de Livros Didáticos os melhores livros, pois o mesmo é distribuído para os professores no intuito de subsidiar suas escolhas. Segundo Romanatto, o livro didático deve ser observado a partir de sua qualidade:

[...] o livro didático ainda tem uma presença marcante em sala de aula e, muitas vezes, como substituto do professor quando deveria ser mais um dos elementos de apoio ao trabalho docente. ...os conteúdos e métodos utilizados pelo professor em sala de aula estariam na dependência dos conteúdos e métodos propostos pelo livro didático adotado. Muitos fatores têm contribuído para que o livro didático tenha esse papel de protagonista na sala de aula. ... um livro que promete tudo pronto, tudo detalhado, bastando mandar o aluno abrir a página e fazer exercícios, é uma atração irresistível. O livro didático não é um mero instrumento como qualquer outro em sala de aula e também não está desaparecendo diante dos modernos meios de comunicação. O que se questiona é a sua qualidade. Claro que existem as exceções.¹

¹ ROMANATTO, Mauro Carlos. **O Livro Didático: alcances e limites.** Disponível em http://www.sbempaulista.org.br/epem/anais/mesas_redondas/mr19-Mauro.doc. Acesso em 13/10/2014.

Mesmo com toda essa efervescência, apenas em 2004, é que foi implantado o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio – PNLEM. Por meio da Resolução nº 38 do FNDE, que prever também nesse programa a distribuição progressiva de Livros Didáticos para os alunos do Ensino Médio público de todo o País.

2.2 ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO E A INSERÇÃO DA LEI 10.639/03

Com o surgimento da Lei 10.639/03, a Lei nº 9.694 de 1996 passa a vigorar com o acréscimo de alguns artigos dentre eles o 26-A que diz: “Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”.

O inciso 1º reforça a regulamentação por meio da apresentação de temas que representam alguns dos desdobramentos em questão a serem incluídos: “—§1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo de História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil”. O inciso 2º fala sobre a necessidade de um trabalho interdisciplinar: “— §2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e História Brasileiras”.

Livros destinados aos adultos sobre a temática em questão e livros paradidáticos foram publicados em uma quantidade significativa, após a sanção da Lei.

As escolas públicas ainda são extremamente carentes de livros de literatura, que abordem essa temática, contudo, o Livro Didático sobreposto a estas questões está presente de forma prática e efetiva nas salas de aula de todo o país. O Ministério da Educação coloca a questão em torno do desafio que as

escolas devem ter uma atuação mais sistemática no combate aos preconceitos que permeiam determinados grupos de docentes e discentes.

A literatura é um dos meios de expressão cultural de um povo, por essa razão, a Lei 10.639 a aponta como uma das disciplinas primordiais para priorizar a referida Lei. No entanto, nem sempre a literatura é bem recepcionada na sala de aula, devido grande parte dos alunos não terem o hábito da leitura. Nesse contexto, os Livros Didáticos podem ser o único instrumento de descoberta desses estudantes.

Para os pesquisadores Rosilda Bezerra e Carlos Negreiro (2014, p. 105),

Os conteúdos referentes ao continente africano vêm sendo trabalhados, mas de modo pontual. Tais experiências são importantes, são frutos do fazer dos docentes, o que quebra com o imobilismo frente à omissão do Estado e município em aplicar as políticas de ações afirmativas. Nesse percurso de fazer valer a Lei '10.639/03, alguns docentes demonstram inseguros. Alguns afirmam não ter capacidade para trabalhar a temática África/africanos e cultura afro-brasileira, e se esquecem que a formação docente forjada na individualidade e coletividade, porém, o cuidado é para que não insistam com a problemática do "racismo à brasileira".

A partir dessas reflexões, analisaremos um livro de Língua Portuguesa, ressaltando a necessidade de livros que abordem a temática em questão de maneira efetiva, haja vista, a necessidade de interação entre o educando e o conhecimento da cultura africana. O livro *Novas palavras* da Editora FTD faz parte da coleção publicada em 2010, voltado para o ensino das três séries do Ensino Médio, para esse estudo escolhemos o livro da terceira série, como podemos ver abaixo na imagem 01:



Imagem 01: Capa do Livro Novas Palavras

Não fugindo da regra já apontada nesse trabalho, o livro em análise também apresenta a fragmentação de textos literários. A literatura é dividida por capítulos, inicia com o romantismo e conclui com as tendências contemporâneas da Língua Portuguesa, é nesse capítulo que a literatura africana ganha um espaço, no entanto, pequeno, pois os ainda os privilegiados são os escritores portugueses e a literatura portuguesa.

Como poderemos observar na imagem 02, são listados vários escritores portugueses e suas devidas obras, no entanto, de literatura africana apenas Mia Couto é citado. A forma como vem expresso o subtítulo do capítulo que traz: *Literatura africanas de expressão portuguesa*, não aprofundaremos neste trabalho esta discussão, mas é indispensável citarmos que existem debates que cercam o meio acadêmico sobre essa nomenclatura, tendo em vista, que a mesma representa a visão eurocêntrica que não privilegia a literatura africana. Representando assim, uma denominação arcaica que não representa o que esse tipo de literatura deseja mostrar.



Tendências contemporâneas da literatura portuguesa 211

Primeira leitura: “O fla-flu dos romancistas” – Anna Carolina Mello	211
“O ensaísta envergonhado” – José Castello	212
“O carpinteiro da frase” – Paulo Polzonoff Jr.	213
Um pouco de História.....	215
Características literárias das tendências contemporâneas da literatura portuguesa (do Modernismo à atualidade)	217
Leitura: Texto 1 – Fragmento de <i>Nome de Guerra</i> – Almada Negreiros	218
Texto 2 – Fragmento de <i>O homem disfarçado</i> – Fernando Namora.....	219
Principais tendências da literatura contemporânea portuguesa.....	221
A prosa neorrealista.....	221
Principais autores e obras do Neorrealismo português	222
Do Neorrealismo ao novo romance português	222
Leitura: Fragmento de <i>Levantado do chão</i> – José Saramago.....	224
Os escritores que tematizaram a Guerra Colonial	226
Literatura contemporânea portuguesa: poesia	227
Leitura: Texto 1 – Fragmento de poema de Sophia de Mello Breyner Andresen	228
Texto 2 – Fragmento de poema de Eugénio de Andrade.....	228
As literaturas africanas de expressão portuguesa	229
Leitura: Fragmento de <i>Terra sonâmbula</i> – Mia Couto	231
Síntese dos conteúdos estudados	233
Atividades	234

Imagem 02: Recorte do sumário do Livro Novas Palavras

Para que o ensino de literatura africana seja efetivo, é necessário que o sistema forneça materiais diversificados que possibilitem ao educador desenvolver uma aula que englobe possibilidades de aprendizagem. Levando em consideração esse contexto, citamos Pereira que traz a ideia da responsabilidade da escola em possibilitar ferramentas que ajudem na quebra de barreiras para a implementação da Lei 10.639/03.

O documento de Pluralidade Cultural trata da diversidade étnica e cultural, plural em sua identidade: é índio, afrodescendente, imigrante, é urbano, sertanejo, caiçara, caipira, enfatizando as diversas heranças culturais que convivem na população brasileira, oferecendo informações que contribuam para a formação de novas mentalidades, voltadas para a superação de todas as formas de discriminação e exclusão.

O que se coloca, portanto, é o desafio de a escola se construir em um espaço de resistência, isto é, de criação de outras formas de relação social e interpessoal mediante a interação entre o trabalho educativo escolar e as questões sociais, posicionando-se crítica e responsabilmente perante elas (PEREIRA, 2010, p. 18).

Na imagem 03 vemos que o livro traz um depoimento feito por Rita Chaves sobre a literatura africana, mostrando que ainda é baixa a circulação desses livros entre nós, devido à dificuldade de encontrar alguns títulos e, também por ainda serem poucas as publicações dos livros no Brasil.

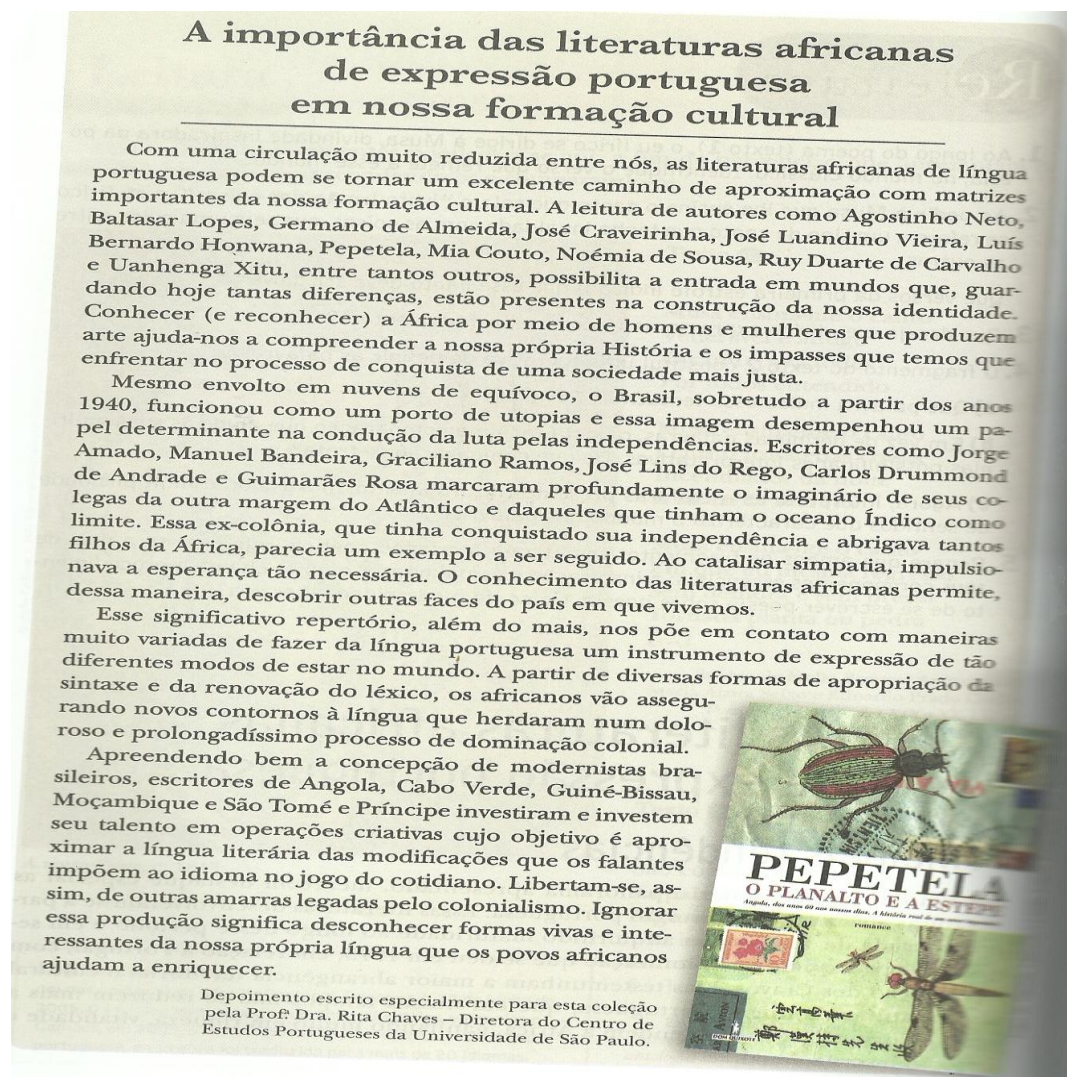


Imagem 03: Texto sobre as literaturas africanas

O final do capítulo apresenta uma síntese dos conteúdos estudados, com destaque também para o período histórico referente à independência das colônias portuguesas em África. É desenvolvida a ideia de que a literatura africana não

mostra apenas uma cultura importada, o texto incentiva o diálogo entre nós brasileiros e nossas raízes.

As atividades apresentadas no livro fazem relação entre escritores brasileiros e africanos, tendo em vista, as influências que os mesmos incorporaram, respectivamente nas imagens 04 e 05:

Releitura

1. Como afirmou Rita Chaves, “Escritores como Jorge Amado, Manuel Bandeira, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Carlos Drummond de Andrade e Guimarães Rosa marcaram profundamente o imaginário de seus colegas da outra margem do Atlântico e daqueles que tinham o oceano Índico como limite”.
 - a) Entre os escritores mencionados, qual lhe parece ter ressonâncias no fragmento de Mia Couto? Explique.
 - b) Escolha uma frase do texto que sintetize a caracterização poética do velho Taíme, o protagonista.
2. Leia atentamente o fragmento a seguir.

[...] nós, os homens do sertão, somos fabulistas por natureza. Está no nosso sangue narrar estórias; já no berço recebemos esse dom para toda a vida. Desde pequenos, estamos constantemente escutando as narrativas multicoloridas dos velhos, os contos e lendas, e também nos criamos em um mundo que às vezes pode se assemelhar a uma lenda cruel. Deste modo a gente se habitua, e narrar estórias corre por nossas veias e penetra em nosso corpo, em nossa alma, porque o sertão é a alma de seus homens. [...] Deus meu! No sertão, o que pode uma pessoa fazer do seu tempo livre a não ser contar estórias? [...] Eu trazia sempre os ouvidos atentos, escutava tudo o que podia e comecei a transformar em lenda o ambiente que me rodeava, porque este, em sua essência, era e continua sendo uma lenda. [...] Quem cresce em um mundo que é literatura pura, bela, verdadeira, real, deve algum dia começar a escrever, se tiver uma centelha de talento para as letras.

“Um diálogo de Günter Loenz com Guimarães Rosa”. In: *Arte em revista*, ano 1, n. 2. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, maio/ago. 1979.

Imagem 04: Atividade do livro sobre a literatura africana.

- a) O que há em comum entre o sertão de Guimarães Rosa e o “lugarzinho” do texto de Mia Couto?
- b) Nos dois textos, quem são os contadores de histórias, para quem elas são contadas e qual a sua função na vida dos indivíduos? Escolha um pequeno trecho de cada texto para ilustrar sua resposta.
3. Considerando que Mia Couto é um escritor de Moçambique, responda.
- a) Que frase do texto mostra a importância vital da notícia – a independência de Moçambique – que o velho Taímo dá à família? Que fato confirma essa importância?
- b) Interprete a metáfora com a qual o autor faz uma crítica poética à guerra, no desfecho do texto.

Imagem 05: Continuação da atividade exposta na imagem 03.

Torna-se essencial observar o quanto a literatura de Língua Portuguesa é importante para a compreensão do processo histórico que envolveu e continua envolvendo os países de cultura lusófona, no entanto, é necessário que a temática seja abordada de forma mais efetiva e, não tão superficial como no livro analisado. É necessário, que mais escritores ganhem destaque nesses livros para que os estudantes possam conhecer a multiplicidade cultural presentes em diversas obras.

Como a fragmentação de obras literárias não compreende a grandiosidade presente na leitura da obra, citamos aqui o escritor Agualusa, como um dos escritores africanos que deveriam ser lidos nas aulas de literatura. Ele é angolano, nasceu em Huambo em 1960, por possuir um discurso literário repleto de pluralidade cultural, é considerado um autor contemporâneo da Língua Portuguesa. As suas obras são o resultado das suas constantes viagens, tornando-se reflexo das situações vivenciadas e conhecidas historicamente pelo escritor, sendo a história de Angola a mais privilegiada em suas obras, por ser marcada por processos de colonização, movimentos em favor da independência, guerra civil e as consequências do país no pós-guerra.

As personagens compartilham as mesmas histórias vivenciadas pelo autor, a sua nacionalidade é exemplo disso, pois o mesmo optou por ser angolano, já que nascer em Angola durante o período colonial tornava-o verdadeiramente cidadão de Portugal. Essa decisão faz parte da construção de

identidade, logo que, o individuo vai assemelhar-se com uma cultura e em seguida querer fazer parte da mesma, e assim, a construção social vai fazer parte do resultado e do sentido atribuído à identidade do lugar a que o indivíduo se identifica.

Nação Crioula foi publicado em 1997, inspirado nas cartas de Carlos Fradique Mendes de Eça de Queirós. A narrativa retrata o tráfico negreiro e o movimento abolicionista do final do século XIX e a participação da personagem nesse movimento “liguei-me recentemente a uma sociedade secreta, antiescravista (Chamamos-lhe a Sociedade do Cupim!), e parto com o objetivo de recolher apoios para esta causa entre os governos e instituições da velha Europa” (AGUALUSA, 2008, p.101). É feita referência a cultura e a religiosidade africana, caracterizando suas vestes, e suas danças “Dançava-se a rebita, moda do país que com singular harmonia combina a graça mundana da valsa e o ritmo selvagem dos batuques” (AGUALUSA, 2008, p.23).

Quando querem fazer qualquer pedido ao seu manipanso os negros pegam no martelo e espetam-lhe um prego. Se o pedido for atendido o prego é retirado, e a estatueta recebe festa e água ardente. Caso não, o prego permanece, roído pela ferrugem, para lembrar e castigar a incompetência do pequeno ídolo. (AGUALUSA, 2008, p.72).

Mesmo em meio aos castigos sofridos no período da escravidão os costumes e a cultura dos negros são mantidos.

Enquanto os teóricos da desigualdade humana das raças humanas como Joseph Gobineau, denunciam a rápida decadência do continente, o nosso bahiano olha para o mundo sentado à soleira da sua casinha, lá em Matatú Grande, e proclama fleumático o nascimento de um homem já adivinhou, é ele próprio mulato, e acredita que a gente da sua raça está destinada a dominar o Brasil. O que ele ainda não compreendeu é que o fim do tráfico negreiro, e em consequência do constante aumento do número de colonos europeus e da mistura de sangues, este país ficará inteiramente branco dentro de quatro ou cinco gerações. Assim, a abolição da escravatura há-de assinalar também o princípio do fim do homem negro no Brasil. Permanecerão talvez as danças, e veremos senhoras da pele branca a praticar a umbigada nas rodas do batuque; hão-de

continuar os velhos deuses africanos, cultuados por um povo que se esqueceu de África, e ficará uma vaga, distante, memória da escravatura. O resto será apenas sombra (AGUALUSA, 2008, p.128).

São retratadas algumas personagens da Literatura brasileira com os escritores Gregório de Matos, Gonçalves Dias e Luís Gama. O romance também reconta a realidade vivenciada por Fradique Mendes em meio as cartas que envia à sua madrinha, Madame de Joarre, à sua amada, Ana Olímpia Vaz de Caminha e ao seu amigo Eça de Queirós, com críticas efetivas ao governo português e principalmente a colonização em África, no Brasil e na imposição de costumes.

A trama se desenvolve entre os períodos de maio de 1868 a agosto de 1900. O conteúdo das cartas se caracteriza por representar a passagem da personagem por três continentes, eventos de característica pessoal e pensamentos críticos construídos, em meio aos problemas do tráfico negreiro, que se estabelecem como principal temática abordada na obra.

O romance além de retratar os castigos, as doenças e o desrespeito com os escravos, enfatiza uma contradição acerca da contradição do casamento de uma escrava, a Ana Olímpia que nasceu escrava, com um comerciante de escravos, tornando-se posteriormente dona de escravos e, a viagem feita pela personagem no “Nação Crioula” o brigue de Arcénio de Carpo. Diz ele, para me consolar, que o Nação Crioula é muito possivelmente o último navio negreiro da História (AGUALUSA, 2008, p.23). Para Rita Chaves (2009, p. 105).

A revisitação do passado, cujas referências se alternam entre um período recente e um tempo remoto, é operada como estratégia de recuperação de uma inteireza que teria ficado perdida com os ventos da dominação. Regressar no tempo acaba por ser uma maneira de articular a multiplicidade de universos que, permeados pela incomunicabilidade – um dos legados do colonialismo –, compõem [Angola] e estão agora enfeixados sob um mesmo estado nacional.

Nação Crioula é um romance ficcional que tem como protagonistas da história de amor, Fradique e Ana Olímpia que, para fugir de seus perseguidores, viajam para o Brasil no que se dizia o último navio negreiro da época. O narrador

busca sempre destacar a partir das cartas as emoções diversas e esperanças pessoais da personagem principal Carlos Fradique Mendes.

O Nação Crioula traz várias vozes, umas que se deixam ouvir, outras mais silenciadas. Para esse silêncio, o pesquisador africano Francisco Noa (2009, p. 86) destaca a seguinte percepção:

uma instigante polifonia através da qual é possível perceber a diversidade das linguagens individuais, sociais, culturais que nos rodeiam e que povoam o espaço literário. [...] Ficções que, acompanhando quer o descentramento quer a fragmentação do sujeito e do mundo, projetarão, com singular intensidade dramática, as vozes de nosso tempo.

Elementos essenciais são colocados à prova no discurso literário proposto por Agualusa, quando se refere às fronteiras culturais, ao processo histórico e à ancestralidade. Agualusa indaga sobre o que é identidade, ou o que é ser angolano, português, goês, brasileiro? A sua escritura busca pela afirmação de uma identidade, que advém das gerações anteriores, no intuito de compreensão sobre o processo multicultural e plural do que significa a definição de uma angolanidade. Nesse contexto, Fonseca comenta a respeito dessa obra:

fica evidente que o livro de Agualusa se apropria das viagens que Fradique fez à África, mas detalha episódios dessas viagens, sugerindo que, diferentemente do que dissera Fradique a seus amigos, em Lisboa, [na obra de Eça] as viagens à África tiveram significação profunda para ele (FONSECA, 2002, p. 2).

A leitura dessa obra possibilita a interação do aluno com as suas raízes africanas, tendo em vista, a diversidade de temas presentes na obra: Colonização, diáspora, identidade, etc. O ensino de literatura deve possibilitar a interação do estudante com a realidade da formação cultural do seu povo. Nesse sentido, deve-se procurar a quebra dos velhos costumes das aulas de literatura e inserir elementos culturais que possibilite uma nova visão de mundo, por meio da construção de uma nova visão sobre a África e o seu povo, que tanto contribuíram para a formação de nossa cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reparação curricular é uma tentativa de instaurar um diálogo acerca dos preconceitos raciais relacionados aos negros e descendentes, em um país no qual, quase metade da população é negra. Ao mesmo tempo em que a Lei busca a implementação de um currículo que reconheça os valores da história cultural africana, objetiva também, por meio da construção de conhecimentos históricos e multiculturais, despertar discussões entorno de questões relacionadas a omissão e negação aos negros de seus direitos legalmente construídos, e a forma de como os negros tem sido (re) apresentados na história oficial brasileira por aproximadamente cinco séculos.

O livro didático necessita de muitos estudos para o seu melhoramento, tendo em vista, que sua estrutura ainda não corresponde à necessidade dos educandos e, nem atende as temáticas regulamentadas através das Leis. Os professores, por sua vez, necessitam de aperfeiçoamentos que lhes possibilitem um melhor entendimento com relação a Lei 10.639/03 em sala de aula, para que não sofram com a insegurança ao ministrarem a temática. No entanto, é necessário que o sistema educacional possibilite condições para a prática do ensino de literatura, pois ler não corresponde simplesmente ao estudo de fragmentos de obras literárias, ou ao estudo de períodos históricos relativos as escolas literárias, mas vai além, possibilitando ao aluno a compreensão do mundo a sua volta e a si mesmo.

REFERÊNCIAS

- AGUALUSA, José Eduardo. **Nação Crioula: a correspondência secreta de Fradique Mendes**: Gryphus, 2008
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Programa nacional do livro didático**. Disponível em: <www.mec.gov.br > Acesso em 14 de novembro 2014.
- BRASIL, **LEI nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 20 de setembro de 1996. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 de janeiro de 2003.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Políticas de melhoria da qualidade da educação: um balanço institucional**. Brasília: MEC, 2002. [Links]
- BRASIL. **Ministério da Justiça. Relatório do Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira**. In: *Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, 3. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.
- BRASIL. **Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Programa nacional do livro didático: histórico e perspectivas**. Brasília: MEC, 2000.
- BEZERRA, Rosilda Alves. Literaturas africanas e afro-brasileira no contexto escolar sob a Lei 10.639/03. In: SÁ JÚNIOR; Lucrécio Araújo de; OLIVEIRA, Andrey Pereira de (Orgs.) **Literatura e ensino: reflexões e propostas**. Natal, EDUFRN, 2014.
- BEZERRA, Rosilda Alves; NEGREIRO, Carlos Alberto de. A Lei 10.639/03 e 11.645/08 e o ensino de Literaturas Afro-brasileira e Africanas nas Escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio. In: ARRUDA, Luciene; BEZERRA, Rosilda Alves; CHAGAS, Waldeci Ferreira (Orgs.). **Interface dos saberes, formação docente e diversidade cultural**. João Pessoa: Ideia, 2014.
- CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Duas cidades, 2004.

- CANDAU, Vera Maria. **Sociedade, educação e Culturas**. Petrópolis. RJ: Vozes. 2002.
- COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHAVES, Rita. A narrativa em Angola: espaço invenção e esclarecimento. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa (Org.). **África-Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 101-114.
- COELHO, N.N. **Literatura: arte, conhecimento e vida**. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Literaturas africanas de língua portuguesa: percursos da memória e outros trânsitos** / Maria Nazareth Soares Fonseca. – 1.ed. – Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2008.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Fradique Mendes nas rotas do Atlântico Negro**. Críticas e Ensaios. Angola, 2002. Disponível em: <www.uea-angola.org>. Acesso em: 22 de nov.2014.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- LARANJEIRA, Pires. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades e escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas**. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- MORIN, Edgar. Ensinar a Condição Humana. In: **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF, UNESCO, 2000.
- MOYSÉS, Lucia Maria. **O desafio de saber ensinar**. – Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- NOA, Francisco. As falas das vozes desocultas: a literatura como restituição. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa (Org.). **África-Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 85-100.
- MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: < <http://www.uel.br> > Acesso em: 29 de junho de 2014.

NOVAS PALAVRAS, nova edição / Emilia Amaral...[et al.]. -1. ed. – São Paulo: FTD, 2010 (Coleção Novas Palavras, nova edição; v.3).

PEREIRA, Amauri Mendes. **África para abandonar estereótipos e distorções**. Minas Gerais: Nandyala, 2011.

PEREIRA, Edilson de Almeida. **Malungos na escola Questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo: Paulinas, 2010.

REUTER, Y. Lire: **une pratique socio-culturelle**. *Pratiques*. n. 52, p. 65-82, 1986.

ROMANATTO, Mauro Carlos. **O Livro Didático: alcances e limites**. Disponível em http://www.sbempaulista.org.br/epem/anais/mesas_redondas/mr19-Mauro.doc. Acesso em 13/10/2014.

SANTOS, Boaventura Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2001, p.135-157.

VENTURELLI, Paulo. **A leitura do literário como prática política**. *Revista Letras*, Curitiba, n. 57, p. 149-172. jan./jun. 2002.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Novas Bases Para o Ensino da História da África no Brasil. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.